



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011440-39.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Embargos de Terceiro - Posse**
 Embargante: **Maria Aparecida Teófilo Campos**
 Embargado: **ZAIR APARECIDO BUENO DE OLIVEIRA JUNIOR**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de embargos de terceiro em que a embargante se volta contra a penhora de dois automóveis de sua propriedade levada a cabo em processo em que não é parte.

Pelo que se extrai dos autos, o feito em que se deu a constrição impugnada atina à filha da embargante e recai sobre dois automóveis.

Os documentos de fls. 08/09 atestam que os veículos aludidos estão em nome da embargante.

Por outro lado, a prova testemunhal milita em favor da mesma.

Sua filha, Thays, confirmou que às vezes recebe emprestados os automóveis para trabalhar ou levar o filho a algum compromisso, mas eles sempre permanecem na garagem dela (embargante).

No mesmo sentido foi o depoimento de José Simioni Pereira, ao passo que Antônio Ghislotti assinalou já ter feito consertos mecânicos nos dois veículos, recebendo sempre os pagamentos da embargante.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Por fim, Cleber Ramos da Silva confirmou a utilização dos automóveis pela filha da embargante.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz ao acolhimento da pretensão deduzida.

A prova documental está em consonância com o relato exordial e de igual modo as testemunhas inquiridas deixaram claro que recai sobre a embargante a propriedade controvertida.

Não assume maior relevância, outrossim, a circunstância da filha da embargante fazer uso dos veículos, especialmente em virtude do laço sanguíneo que as une.

Mesmo que se reconheça que em inúmeras vezes ocorra a transação de automóveis sem as devidas alterações junto à repartição de trânsito competente, na espécie vertente não há indicação mínima de que tal sucedeu.

Como se não bastasse, nenhum dado concreto foi amealhado para estabelecer a convicção de que a filha da embargante seria na verdade a proprietária dos veículos.

Reconhece-se, pois, a ilegitimidade da penhora aqui questionada porque recai sobre bens que não são da executada e sim da embargante.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para determinar o levantamento da penhora realizada sobre os automóveis tratados nos autos, de propriedade da embargante.

Certifique-se nos autos de origem para o devido prosseguimento.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 09 de junho de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**